

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/325113912>

Os remanescentes do Partido Libertador no bipartidarismo: análise do desempenho eleitoral dos seus deputados estaduais no Rio Grande do Sul

Article · May 2018

DOI: 10.26694/rcp.issn.2317-3254.v6e2.2017.p27-40

CITATIONS

0

READS

30

3 authors, including:



Rafael Machado Madeira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

18 PUBLICATIONS 41 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Taiane Bringhenti

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

3 PUBLICATIONS 0 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Brazilian Party System [View project](#)

OS REMANESCENTES DO PARTIDO LIBERTADOR NO BIPARTIDARISMO: ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL DOS SEUS DEPUTADOS ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO SUL

THE REMNANTS OF THE LIBERTADOR PARTY IN BIPARTISANSHIP: AN ANALYSIS OF THE ELECTORAL PERFORMANCE OF THEIR STATE DEPUTIES IN RIO GRANDE DO SUL

Rafael Machado Madeira*

Taiane Bringhenti†

Suliane Cardoso‡

Resumo: A extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, impõe uma nova configuração no cenário político nacional. Com isso, são criadas novas legendas: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que vão absorver os remanescentes (não cassados) dos partidos extintos. O presente artigo intenta observar como os remanescentes do Partido Libertador (PL) buscaram inserir-se no período bipartidário, tendo como foco de análise as quatro legislaturas eleitas entre 1966-1978 para deputado estadual no estado do Rio Grande do Sul. Também serão exploradas as raízes históricas e tradicionais do partido, sua fundação e atuação até 1965. Observou-se que os ex-libertadores eleitos e suplentes como deputado estadual no período bipartidário filiaram-se exclusivamente na Arena. Comparando-se os dois períodos aqui examinados, conclui-se também que a extinção do partido e a instauração do bipartidarismo vieram acompanhadas de queda expressiva da presença de lideranças deste partido no legislativo estadual.

Palavras-chave: Bipartidarismo. Ex-libertadores. Assembleia Legislativa. Arena. MDB.

Abstract: The extinction of the multi-party system by the 2nd Institutional Act, in October 1965, imposed a new configuration in Brazil's national political scenery. Two new political parties were created: Aliança Renovadora Nacional (Arena) and Movimento Democrático Brasileiro

* Doutor em ciência política pela UFRGS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS e membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia (CBPD-PUCRS).

E-mail: rafael.madeira@pucrs.br

† Mestranda pelo PPG de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: taiane.bringhenti@acad.pucrs.br.

‡ Mestranda pelo PPG de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: sulianecardoso@gmail.com.

(MDB), absorbing the remnants (the ones that were not revoked) from the extinct parties. In this article we observe how the remnants of the Libertador Party (PL) sought to reinsert themselves in the bipartisan period, analyzing the four legislatures elected between 1966 – 1978 (State Deputy) in Rio Grande do Sul. This essay also intends to explore the historical and traditional party's roots, as its foundation and acting until 1965. It was observed that the former "libertadores" elected as State Deputies in the bipartisan period, were exclusively affiliated to Arena. Comparing the two periods examined here, we also identify that the extinction of the party and the establishment of a two-party system were accompanied by a significant decrease in the presence of leaders of the Libertador Party in the state legislature.

Keywords: Bipartisanship. Former libertadores. Legislative Assembly. Arena. MDB.

1 Introdução

Um dos principais impactos do regime civil-militar (1964-1985) na estrutura/dinâmica/vida partidária foi a extinção do multipartidarismo vigente no regime democrático anterior e a criação de um novo sistema partidário, composto por apenas dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Tal mudança foi implementada pelo Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965¹. Assim como os demais partidos, os remanescentes do Partido Libertador precisaram posicionar-se diante da restrita oferta institucional então vigente: Arena (partido de sustentação do regime), ou MDB (partido de oposição consentida). Na conjuntura em que todas as identidades político-partidárias foram suplantadas pelo autoritarismo, o presente trabalho tem como objetivo analisar como os remanescentes de uma pequena legenda (o Partido Libertador², no RS), buscaram inserir-se nesse novo cenário político, levando em consideração todo o passado conservador e elitista do partido (que o aproximaria da Arena) e, ao mesmo tempo, uma larga defesa doutrinária do parlamentarismo e da descentralização administrativa (que cria tensões crescentes com o novo regime e o aproximaria do MDB).

A fim de observar o comportamento dos ex-libertadores no contexto autoritário, serão analisados os resultados eleitorais das quatro legislaturas para deputado federal e deputado estadual (eleitas em 1966, 1970, 1974 e 1978), no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram analisados aqueles que se candidataram aos respectivos cargos e receberam votos suficientes para se eleger ou ficar com a suplência. As eleições e cargos escolhidos para análise são o reflexo da posição e consolidação do extinto Partido Libertador no estado.

O padrão de funcionamento e a relação entre grupos, famílias e/ou máquinas político-partidárias e eleitorais e os partidos criados pelo regime ainda foram muito pouco cobertos pela Ciência Política e pela História. Este trabalho busca colaborar para suprir essa lacuna a partir da análise do desempenho eleitoral dos ex-libertadores sob o guarda-chuva constituído pela Arena e MDB sul-rio-grandenses.

¹ Foi imposto também pelo Ato: eleição indireta para presidente, vice-presidente, intervencionismo federal nos estados, perda dos direitos de estabilidade dos funcionários públicos e direito ao presidente de cassação de mandatos no legislativo.

² Ver mais em Tauffer (2008, p. 32-48).

Quanto mais afastados no tempo e quanto menor a importância dos cargos analisados, mais difícil se tornam o acesso e a coleta de dados confiáveis (HEINZ; CODATO, 2015). Grosso modo, dados para ex-presidentes, ex-ministros, ex-governadores e ex-senadores são acessíveis e encontram-se minimamente sistematizados. Analisar deputados estaduais e federais eleitos nas décadas de 1960 e 1970 constitui-se em empreendimento desafiador. Ferramentas on-line, como os verbetes encontrados no site da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), ajudaram a reconstruir e delinear os caminhos e percalços dos libertadores. Dicionários bibliográficos, biografias e obras diversas sobre a história política do Rio Grande do Sul também foram utilizadas como fonte de pesquisa. Parcela significativa de dados foi também coletada na página da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no Tribunal Regional Eleitoral e no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (UFRGS)³.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção realizar-se-á um breve apanhado histórico do Partido Libertador, reconstituindo a trajetória do partido em meio a diferentes contextos históricos. Posteriormente será explorado o desempenho eleitoral dos libertadores na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1947 até 1966, onde ocorreram cinco eleições, com a finalidade de observar a atuação dos libertadores até o bipartidarismo. Na seção seguinte será analisado o desempenho eleitoral dos ex-libertadores que alcançaram pelo menos uma suplência a deputado estadual no período bipartidário. Dessa forma, o artigo pretende contribuir para o estudo da composição da Arena no Estado, a partir da análise específica do desempenho eleitoral dos ex-libertadores que continuaram atuando na política durante o período bipartidário.

2 Oposicionista, regional e libertador

Em 1928, na cidade de Bagé, no interior do estado do Rio Grande do Sul, ocorreu a fundação do Partido Libertador. Herdeiro direto de alianças políticas oposicionistas ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de Borges de Medeiros, o PL surge em torno da liderança política e intelectual de Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. Este partido emerge da união entre dissidentes do PRR e remanescentes do antigo Partido Federalista do Rio Grande do Sul (PFR), que lutavam por espaço político no estado (BUENO, 2006).

Em um contexto político bipolarizado, o PL surge como uma oposição ao caráter centralizador e autoritário de Borges de Medeiros, tendo como bandeiras o liberalismo econômico, o parlamentarismo e a instituição do voto secreto dentro de um regime democrático (BRASIL, 1983). Esse partido constituiu-se como porta-voz dos interesses da elite estancieira do estado (linhagens familiares mais antigas, com vínculos históricos com a Monarquia) (TAUFFER, 2008).

As principais doutrinas do partido eram disseminadas pelo jornal *O estado do Rio Grande* (TORRES, 1999), periódico lançado em março de 1928, que se tornou o porta-voz do partido nesse primeiro período de atuação até 1937. O jornal era utilizado pelos libertadores para criticar a oposição, colocar seus posicionamentos e compromissos com a ideologia “libertadora”

³ Agradecemos à colega Maria Izabel Noll e ao colega Manoel Passos, respectivamente coordenadora e responsável técnico, por disponibilizar o acervo do núcleo.

e comentar a respeito da política nacional e local. Foi um dos últimos jornais político-partidários de grande destaque no estado.

Desde sua fundação em 1928 até 1937 o Partido Libertador atuou a nível estadual⁴, tendo uma média de 30 a 50 mil votos no estado. Esse número é bastante expressivo, uma vez que o PL não tinha acesso direto à máquina do estado. Em 1945, com a abertura política, ocorre a refundação do Partido Libertador, que agora se lança a nível nacional a partir dos esforços e atuação política de Raul Pilla⁵. Sua influência é notada para além dos limites do estado, como coloca Mem de Sá (1973, p. 132) em pronunciamento sobre a projeção nacional do partido⁶: “A partir de 1945, por força da lei, o Partido Libertador era, fora do Rio Grande, mais conhecido como Partido de Raul Pilla do que propriamente pelo nome”. Pilla era um grande nome dentro do partido. Depois de Assis Brasil, era ele quem tinha maior projeção e articulação entre os libertadores, juntamente com Antunes Maciel Junior⁷ e o próprio Mem de Sá.

Com essa refundação, o partido estruturou-se da seguinte maneira: Raul Pilla como presidente, Orlando da Cunha Carlos e Décio Martins Costa como 1º e 2º vice-presidente e Mem de Sá como secretário-geral⁸. Com o falecimento de Assis Brasil, em 1938, a atuação do partido ficará circunscrita em torno desses nomes, como também de Francisco Solano Borges e Paulo Brossard de Souza Pinto, projetando-se nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Pará.

Mesmo com a sua inscrição como partido nacional, o PL não consegue ter o mesmo desempenho obtido no Rio Grande do Sul. Conforme dados das eleições de 1945, dos 51.324 votos que o partido obteve somente 6.017 eram de outros estados. Visto que a maioria dos inscritos ainda era do RS, somente em 1950 o partido terá membros de fora do Rio Grande do Sul figurando no diretório nacional, o que põe em evidência a principal característica do partido: ser um partido regional (CORTÉS, 2007).

Esse segundo período de atuação do partido foi marcado pela defesa mais enfática do parlamentarismo. Os libertadores acreditavam no sistema parlamentar e na defesa de uma economia que favorecesse a agricultura e pecuária. No RS, o PL mantém-se no bloco conservador (TRINDADE; NOLL, 1991), então capitaneado pelo Partido Social Democrático (PSD) e disputando espaço com demais “sócios minoritários” desse bloco: UDN, PRP e PDC. Como Brum (2013, p. 31-32) salienta,

O Partido Libertador, além de ter o apoio dessa elite tradicional, angariou votos de Grupos liberais-conservadores, que, em âmbito nacional, apoiavam a UDN. A vantagem que o PL tinha sobre o partido udenista está diretamente ligada à sua tradição na política gaúcha, que vinha desde a

⁴ Em 1937, Vargas estabelece a ditadura do Estado Novo, impondo o autoritarismo ao cenário político nacional. Os partidos foram extintos, sendo os estados governados por interventores nomeados (PESAVENTO, 1992).

⁵ Raul Pilla foi uma das principais referências intelectuais e uma das principais lideranças políticas do partido, tendo atuado em várias frentes para elevar a sigla a nível nacional, convocando reuniões e recolhendo assinaturas pelos estados onde tinha maior influência.

⁶ Em seu livro “A politização do Rio Grande”, Sá aponta as principais figuras do partido e a importância da imagem delas para seus membros. Figurando entre eles estão Raul Pilla e Assis Brasil.

⁷ Ver mais sobre Antunes Maciel no site do CPDOC da FGV, no verbete Francisco Antunes Maciel Junior (2017).

⁸ Dados do Tribunal Regional Eleitoral.

Primeira República. Essa tradição foi explorada pelos libertadores que buscaram na história do partido a legitimação da defesa das liberdades e da democracia.

Ou seja, o PL era portador de personagens políticos importantes e de uma base eleitoral já constituída que o diferenciava da UDN, que durante este período (1945-1965) teve moderada projeção no estado, sendo a 4ª força política dentro da Assembleia Legislativa e elegendo uma média de 4 a 6 deputados, logo atrás dos libertadores.

3 Desempenho eleitoral na Assembleia Legislativa (1945-1965)

De 1945 até 1965 os libertadores tiveram uma crescente soma de votos nas eleições para deputado estadual, saltando de 54 mil para 125 mil e garantindo uma estabilidade eleitoral em comparação com soma total de votos. Até a sua extinção, o partido conquistou de cinco a sete cadeiras na Assembleia Legislativa, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Libertadores eleitos de 1947 a 1963 para deputado estadual

Legislaturas	1ª Legislatura (1947)	2ª Legislatura (1951)	3ª Legislatura (1955)	4ª Legislatura (1959)	5ª Legislatura (1963)
Relação Deputado e total de votos obtidos	Antônio Maria	Heitor Galant	Amadeu Weimann	Cândido Norberto	Dario Beltrão
	Votos: 2.221	Votos: 3.401	Votos: 4.132	Votos: 12.631	Votos: 5.798
	Brito Velho	Hélio de Oliveira	Solano	Solano	Solano
	Votos: 2.809	Votos: 2.497	Borges Votos: 5.446	Borges Votos: 8.739	Borges Votos: 7.715
	Edgar Schneider	Mario Beck	Heitor Galant	Getúlio Marcantônio	Getúlio Marcantônio
	Votos: 4.239	Votos: 2.623	Votos: 4.290	Votos: 5.760	Votos: 7.710
	Henrique Fonseca	Mem de Sá	Henrique Fonseca	Gudben Castanheira	Gudben Castanheira
	Votos: 2.455	Votos: 3.795	Votos: 6.443	Votos: 5.661	Votos: 8.412
	Mem de Sá	Norberto Schmitz	Manoel	Heitor Galant	Honório Severo Votos:
	Votos: 2.552	Votos: 2.611	Gastal Votos: 6.612	Votos: 6.068	6.429
	-	Solano	Norberto	Manoel	Paulo
	-	Borges Votos: 2.877	Schmitz	Gastal Votos: 5786	Brossard Votos: 12.507
	-	-	Paulo	Paulo	-
	-	-	Brossard	Brossard	-
	-	-	Votos: 4.666	Votos: 7.419	-

Fonte: Site do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (2017) e AS ELEIÇÕES... (1994).

Nesse período, o partido caracterizou-se por ser a 3ª maior força política na Assembleia Legislativa, logo atrás do PTB, com média de 20 a 25 cadeiras, e do PSD, de 15 a 18 cadeiras,

ocupando, inclusive, no período de 1956 a 1957 a presidência da casa com Manoel Braga Gastal, consagrado radialista e advogado natural da cidade de Santa Maria.

Tabela 1 - Total de votos obtidos pelo partido entre 1947-1963

Legislaturas	1947	1951	1955	1959	1963
Total de Votos	54.832	70.343	107.209	145.441	25.614
Total em (%)	9,86	9,77	12,79	11,97	9,27

Fonte: Site do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (2017) e AS ELEIÇÕES... (1994).

A porcentagem de voto é regular e se mantém de maneira crescente até 1959, caindo em 2,7% no último ano, como apresentado Tabela 1. Essa perda de votos se dá na eleição de 62, que não contou com Heitor Galant e Cândido Norberto. Heitor Galant deixa o cenário legislativo, assumindo mais tarde a Caixa Econômica Federal de 1966 a 1970. E Cândido Norberto não volta a se reeleger pelo Partido Libertador, mas continuou na Assembleia Legislativa, sendo eleito pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Francisco Solano Borges foi a liderança que mais vezes conquistou o cargo pelo PL, tendo exercido quatro mandatos. Foi seguido por Paulo Brossard de Souza Pinto, com três mandatos. Esses dois nomes serão importantes na transição para o período autoritário de 1965, pois tiveram longas trajetórias e ocuparam posições de destaque no quadro político bipartidário, como se verá mais à frente.

Essa estabilidade não garantiu aos libertadores um maior acesso a cargos importantes do governo como secretarias estaduais e conselhos. Somente em 1955, no governo de Ildo Meneguetti, o libertador Henrique Fonseca Araújo foi nomeado procurador do estado. Isso se explica pelo apoio do PL à candidatura de Meneguetti (PSD). Mais tarde, em 1962, são retomadas as alianças para eleição de Ildo Meneguetti a governador do estado, na Ação democrática popular (ADP), que reunia os partidos de oposição ao PTB de Brizola e foi formada por PSD, UDN, PL, Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Em relação a essas alianças, destaca Tauffer (2008, p. 112).

O Partido Libertador manteve, nos diversos processos eleitorais, uma coerência político-ideológica muito grande com relação às coligações partidárias, pois sempre se coligou com partidos de orientação liberal, anticomunista, antifascista e antipetebista.

Como colocado pelo autor, ficando sempre ao lado de partidos de ordem conservadora e se colocando na defesa dos interesses da elite agrária, o Partido Libertador transitava entre seu caráter liberal e conservador. Posição essa que será mantida na medida em que os remanescentes do PL decidem, em sua maioria, filiar-se ao partido do regime, posicionamento que será apresentado na seção seguinte deste artigo.

3.1 Quadro político bipartidário no estado do RS

Com o Ato Institucional nº 2 (AI2), em outubro de 1965, foi decretado o fim do pluripartidarismo. Os militares enxergavam essa medida necessária para evitar o fortalecimento

político de uma oposição, desarticulando a possibilidade de manutenção da aliança PTB-PSD para eleições majoritárias⁹. Uma vez que organizava o cenário político em dois polos, colocando de um lado a oposição e de outro a base de apoio ao governo militar (GRINBERG, 2009; KRIEGER, 1976). Sobre a escolha da cúpula do governo pelo bipartidarismo, Maria D'Alva Gil Kinzo (1980, p. 219) pontua:

Criar um quadro partidário cujo divisor de águas fosse o apoio ou não ao governo. Tratava-se de aglutinar num só partido todos os parlamentares e correntes políticas que apoiavam o regime implantado [...] deixando do lado de fora, para a constituição de um partido de oposição, as forças políticas residuais.

O quadro político no Rio Grande do Sul foi palco de grandes disputas que ganharam diferentes formas e aos poucos foram delineando a história política rio-grandense. Pesquisadores como Flach (2005), Cortés (2007) e Chaves (2012) salientam o caráter polarizado do estado, que vem desde alianças políticas de 1962, dividindo o cenário político entre os petebistas e os antipetebistas. Dentro dessa perspectiva, temos de um lado os petebistas de Leonel Brizola e, de outro, a ADP¹⁰.

Em artigo sobre a formação da Arena no estado do Rio Grande do Sul, Ângela Flach (2005) aponta que essa medida do governo civil-militar teve apoio do então governador do estado Ildo Meneguetti e de seus aliados, que, mesmo não sendo a favor da perda de sua sigla partidária, não deixam de apoiar a medida autoritária, como afirmam em notas publicadas em jornais¹¹ de grande circulação no período.

Com o Ato Institucional nº 2 essas alianças políticas polarizadas facilitaram a migração para o sistema bipartidário no estado do Rio Grande do Sul (TRINDADE; NOLL, 1991), onde de um lado temos o MDB, composto majoritariamente pelos petebistas e alguns nomes do MRT, e do outro a Arena, composta pelos dissidentes da antiga ADP.

Chaves (2012), em estudo sobre a trajetória dos políticos que compuseram a base Arenista na Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul, salienta que o fato da Arena ter sido composta por alianças políticas anteriores ao bipartidarismo não fez com que disputas internas deixassem de ocorrer. Conflitos em torno de indicações a cargos de presidente do diretório regional, presidente da Assembleia e indicações de candidatos a disputas eleitorais eram comuns e resolvidos depois de muita agitação interna. Sobre essas disputas, Flach (2005, p. 3) ressalta:

A utilização do mecanismo de formação de sublegendas foi o meio encontrado pelo governo para apaziguar essas disputas, uma vez que tal

⁹ Embora não ocorresse no RS, a aliança PTB-PSD caracterizava as eleições presidenciais, e para governador em vários estados da federação. Em pleno regime autoritário, por exemplo, os candidatos apoiados por essa aliança venceram os partidos apoiadores do golpe nos estados de Minas Gerais e Guanabara.

¹⁰ A Ação Democrática Popular foi formada em 1961 a nível nacional como resposta à “ofensiva comunista” na política. Em 1962 ela se estabeleceu em diferentes assembleias pelo país, dentre eles Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo. Na Câmara dos Deputados, chegou a contar, segundo verbete temático do CPDOC, com 115 membros, dentre eles o libertador Raul Pilla e alguns nomes inclusive do PTB, como José de Souza Nobre. Adotaram a ideia de “anticomunistas sempre, reacionários nunca” para atacar setores que apoiavam João Goulart.

¹¹ Circulação do periódico *Diário de Notícias*.

mecanismo possibilitava que diferentes grupos, atuantes no mesmo partido, concorressem ao mesmo cargo nas disputas eleitorais.

O governo militar, como forma de possibilitar a convivência de diferentes grupos no mesmo partido, criou a sublegenda¹², através do Ato Complementar nº 26, em 29 de novembro de 1966, que possibilitou que mais de um candidato de um mesmo partido concorresse a eleições diretas nas disputas majoritárias. Isso viabilizou o convívio em uma mesma região de diferentes lideranças que apoiavam o governo autoritário, mas que se constituíram historicamente como rivais eleitorais irreconciliáveis, principalmente no âmbito local e regional. Tal estratégia funcionou como válvula de escape, dado que, ao direcionar a resolução das disputas internas para o voto, o regime não teve que arcar com o ônus de ser obrigado a privilegiar determinados grupos políticos em detrimento dos demais (MADEIRA, 2016).

No contexto de migrações, cassações e reconfiguração do cenário político institucional, o Partido Libertador, assim como os demais partidos, tinha a penosa decisão de escolher para que lado seguir: de um lado, a Arena, representando apoio ao autoritarismo e o risco de centralização do poder, tão combatidos pelo partido desde a sua fundação em 1928. Este conflito fez com que muitos libertadores abandonassem a vida pública¹³ por não se ajustarem a um sistema ditatorial e não aceitarem o fim do seu partido; do outro lado, tem-se o MDB, que abrigou todo o corpo político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual o PL se fez opositor nos seus últimos anos de existência. Aceitar fazer parte de uma oposição ao regime significava entrar em um campo totalmente dominado por lideranças remanescentes do trabalhismo, que certamente não teriam os mesmos interesses da elite ao qual o PL representava. Existiam, então, três possibilidades: sair do cenário político, fazer parte da base de um governo autoritário ou fazer oposição ao lado dos antigos “inimigos” petebistas.

Com a delimitação do artigo, em analisar o cargo de deputado estadual, algumas das principais lideranças ficaram de fora da análise, como o caso de Paulo Brossard de Souza Pinto ex-libertador que aderiu ao MDB¹⁴. Foi o único dentre as maiores lideranças libertadoras que se filiou ao partido de oposição ao regime.

Outra liderança importante do partido que ficou de fora da análise é Mem de Sá, que teve uma longa trajetória política no período autoritário pela Arena. Sendo nomeado pelo presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco ao Ministério da Justiça, em 1966, no final do mesmo ano assume cargo no Senado, ficando até o final da legislatura, em 1971. Em abril de 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici nomeou Sá a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), onde permaneceu até se aposentar, em 1973. Veio a falecer em março de 1989¹⁵. Aqueles que não seguiram para Arena ou MDB decidiram retirar-se da política, assim como o líder libertador Raul Pilla, que continuava fiel à ideia libertadora de democracia, creditando ao regime autoritário o sufocamento democrático.

¹²O mecanismo de sublegenda perdurou até 1984, sendo utilizado pela última vez nas eleições diretas em 1982.

¹³Ver mais em Cortés (2007).

¹⁴O episódio da cassação de mandatos dos emedebistas que defendiam o nome de Cirne Lima, apoiado por Brossard, foi decisivo para o político escolher filiar-se ao MDB.

¹⁵Cf. verbete Mem de Sá, no site do CPDOC (2017).

3.2 Ex-libertadores na Arena

Durante o período bipartidário, sucederam-se quatro eleições para deputado estadual no Rio Grande do Sul. Dessas quatro, a legislatura de 1979/1983 já marca o processo de redemocratização, em que temos o retorno do pluripartidarismo ao cenário político nacional. O Partido Libertador não voltou à atuação. Com a redemocratização, seus remanescentes se mesclam em diferentes legendas.

A Tabela 2 demonstra a presença dos ex-libertadores na Assembleia Legislativa, no estado do Rio Grande do Sul, pela Arena. Com políticos que vinham de longa trajetória no Partido Libertador, no cargo de deputado estadual, desde 1952, como o caso de Francisco Solano Borges, visto no Quadro 1.

Tabela 2 - Desempenho eleitoral dos ex-libertadores (1966-1978) pela Arena

Legislaturas	42 ^o Legislatura (1966)	43 ^o Legislatura (1970)	44 ^o Legislatura (1974)	45 ^o Legislatura (1978)
	Solano Borges (25.654)	Solano Borges (25.541)	Lóris Realli (18.520)	Lóris Realli (18.959)
	Getúlio	Getúlio	-	-
	Marcantônio (19.860)	Marcantônio (27.304)		
	Octavio Cardoso (11.521)	Lóris Reali*	-	-
	Say Marques* (1.963)	-	-	-
	Hélio de Oliveira* (4.475)	-	-	-
	Lóris Reali* (6.308)	-	-	-
	Dario Beltrão* (5.555)	-	-	-
	Eduardo Pinto* (6.357)	-	-	-

Fonte: Site do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (2017) e AS ELEIÇÕES... (1994).

Na 42^a Legislatura, aparecem oito remanescentes do PL, sendo três eleitos e cinco suplentes. Dos eleitos, Francisco Solano Borges, Getúlio Marcoantonio e Octávio Omar Cardoso eram deputados estaduais pelo PL até 1965 e tiveram êxito em se reeleger pela Arena. Em comparação com o desempenho dos ex-libertadores nas legislaturas apresentadas na Tabela 2, ocorre uma redução significativa no número de eleitos e suplentes. Na 44^a e 45^a Legislatura (1974 e 1978) somente um ex-libertador é eleito, Lóris Antônio Pasquali Realli, com reduzido número de votos, em comparação com os eleitos nas legislaturas anteriores (1966-1970).

Após a análise dos dados em seu conjunto, passa-se agora ao exame da trajetória de cada remanescente do Partido Libertador eleito deputado estadual e suplente pela Arena. Otávio Omar Cardozo, filiado ao PL desde 1949, vinha atuando como vereador desde 1950, elegeu-se pela Arena em 1967 como deputado estadual, permanecendo somente por um mandato, sendo

vice-líder da bancada no período de 1969 até 1970. Cardozo não disputou novamente o cargo, mas continuou figurando no cenário político. Atuou como vice-presidente do diretório da Arena no estado por duas oportunidades, a primeira em 1971 e depois em 1976, em que permaneceu até 1978. Foi eleito suplente de senador pela Arena, assumindo o mandato no mesmo ano. Embora não tenha ocupado outro cargo eletivo, permaneceu filiado ao Partido Democrático Social (PDS) após a extinção do bipartidarismo¹⁶.

Francisco Solano Borges foi o primeiro presidente do diretório regional da Arena, com dois mandatos cumpridos pelo partido, afastou-se durante alguns meses para assumir a Secretaria do Interior e Justiça em 1967 e, no período de 1971 à 1973, presidiu a Assembleia Legislativa. Após 1975 não voltou ao cargo de deputado estadual, entretanto continuou a atuar na política ocupando os cargos de vice-presidente e presidente do Tribunal de Contas do Estado do RS entre 1974 e 1983, tendo se aposentado em 1983. Solano Borges acumulou experiências legislativas desde 1951, o que configura também uma das características da Arena no estado, que era composta em sua maioria por deputados com longas carreiras e grande estabilidade política.

Getúlio Marcoantonio atuava desde 1959 como deputado estadual pelo Partido Libertador e, ao migrar para a Arena, continuou por mais dois mandatos. Em 1975 não voltou a figurar no cenário político como deputado estadual, mas permaneceu atuando como secretário de agricultura do estado de 1975 até 1977 e presidente da Federacit (Federação dos Clubes de Integração e Trocas de Experiência). Depois disso se dedicou à escrita e à criação de búfalo.

Lóris Antônio Pasquali Reali, natural do município de Bento Gonçalves, foi professor de uma escola agrotécnica e também funcionário público federal da antiga Estação de Enologia do Ministério da Cultura (SULZBACH, 2012). No que tange a sua trajetória política, Reali foi vereador municipal pelo Partido Libertador, deputado estadual pela Arena, no período bipartidário¹⁷ e, com a redemocratização, filia-se ao PDS e elege-se deputado estadual em 1983 na 46^a Legislatura. Em 1986, concorreu novamente ao cargo de deputado estadual, pelo mesmo partido, não sendo eleito. Atuou como Secretário de Minas e Energia do estado do Rio Grande do Sul e, em 1980, recebeu o Prêmio Springer.

Say Rodrigues Marques foi jornalista e editor chefe do jornal Diário de Notícias e, posteriormente, vereador (1963). Tornou-se figura importante da cidade de Porto Alegre e, dentre seus feitos, é lembrado por ser um dos idealizadores da Feira do Livro da cidade. Pela Arena, tentou o cargo de deputado estadual, ficando com a suplência.

O economista e escritor Hélio Alves de Oliveira foi prefeito do município de Montenegro por duas vezes, em 1955-1959 e 1963-1966¹⁸, e deputado estadual pelo PL na legislatura de 1950, mas por motivos desconhecidos, em 21 de março de 1954, renuncia ao mandato parlamentar. Volta a concorrer a cargo de deputado estadual em 1966, não alcançando o coeficiente eleitoral necessário para sua eleição, ficando com a suplência.

¹⁶Ver mais em: verbete CPDOC CARDOSO, Otávio. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/otavio-omar-cardoso>.

¹⁷Durante a filiação de Lóris Antônio Pasquali Reali na Arena, o político teve um pedido de impugnação de sua candidatura como deputado estadual por motivos de ter sido autor de agressão e lesões corporais graves em anos anteriores. O pedido de impugnação foi negado (Boletim Eleitoral - TRE, 1979).

¹⁸Ver mais em: Biografia e livros de Hélio Alves de Oliveira (2017).

Apesar de alguns dos suplentes terem tido maior atuação na Arena do que outros, todos eles possuem informações bibliográficas escassas, não sendo possível, dessa forma, reconstruir de forma precisa a atuação política dos atores no período bipartidário. O que se pode afirmar é que, se comparados os períodos de 1945-1965 e 1966-1979, os dados demonstram uma significativa queda no desempenho eleitoral dos libertadores, que ao longo do primeiro período tiveram êxito em manter em torno de seis cadeiras e que não se manteve durante o bipartidarismo (apenas três cadeiras em 1966, duas em 1970 e uma em 74 e 78). Entretanto, os ex-libertadores que migraram para a Arena e se elegeram deputado estadual continuaram consolidando suas trajetórias e a figurando no cenário político para além do período bipartidário, mostrando que a experiência no Partido Libertador pôde servir de base para a permanência dos seus remanescentes na esfera pública. Mesmo o partido não retornando em 1979 com a abertura democrática, seus remanescentes seguiram atuando “em novas garrafas” (MADEIRA, 2006).

Mesmo sendo uma migração contraditória no sentido ideológico (mas condizente com a situação polarizada do estado), os libertadores que continuaram conseguiram permanecer e se estabelecer no campo político arenista, seja como deputado estadual, líder de partido, secretário de Estado ou membro do Tribunal de Contas, deixando em evidência que a experiência no período autoritário permitiu a manutenção das carreiras políticas das principais lideranças remanescentes do partido, dado que os mesmos tiveram êxito em permanecer atuantes e a figurar no cenário político para além do regime autoritário.

4 Considerações finais

Com a extinção dos antigos partidos, o Partido Libertador deixa de existir, e mesmo depois da redemocratização, em 1979, ele não volta a figurar no cenário político. Muitos de seus fiéis partidários deixam a vida política e outros buscam inserir-se em novos partidos e novas alianças políticas, deixando para a história o legado libertador. Dentro disso, o artigo buscou explorar o caminho percorrido por uma parcela de ex-libertadores no contexto bipartidário.

A migração dos remanescentes do Partido Libertador com o bipartidarismo deixa evidenciado o posicionamento conservador e elitista que foram marcas dos libertadores ao longo da história do PL. A escolha em continuar no cenário político em um período em que a democracia fora suplantada pelo autoritarismo, já contradizia bandeiras históricas do partido, deixando em evidência que o fator que mais pesou na escolha por permanecer no cenário político foi a necessidade de ajustar-se às novas propostas políticas.

Também identificamos que nenhum ex-libertador se elegeu deputado estadual ou suplente pelo MDB. Filiando-se ao MDB, os libertadores teriam de conviver e dividir o espaço com os ex-petebistas, que, antes de tudo, eram a principal força política no estado. Os libertadores seriam “estranhos no ninho” dentro de um MDB formado majoritariamente por ex-petebistas. Mas se ampliarmos a análise, como colocado anteriormente, o único ex-libertador encontrado no MDB em posição de liderança central foi Paulo Brossard de Souza Pinto, eleito primeiro presidente nacional do partido, deputado federal e senador em 1974. Brossard constitui uma longa trajetória dentro do partido, permanecendo na política para além do bipartidarismo.

Com os dados trazidos pelo artigo, também podemos observar que os ex-libertadores se caracterizavam por longas trajetórias políticas, ocupando distintos postos eletivos e não eletivos em diferentes momentos na história nacional, ou seja, a mudança do cenário político imposto pelo Ato Institucional nº 2 reduziu o número de ex-libertadores, mas aqueles que continuaram, consolidaram suas carreiras e continuaram articulando-se no cenário político.

Fazendo uma comparação entre os Quadro 1 e 2, verificam-se diversos nomes que deixaram de figurar nas disputas a deputado estadual que não conseguiram se reeleger ou que não se adequaram ao novo modelo político, imposto em 1965. Isso também pode ser entendido pela grande diversidade e competição que a legenda Arena comportava. Sendo até 1965 a terceira maior força política no estado os remanescentes do Partido Libertador dentro da Arena teriam de competir com a segunda maior força política, o PSD, que acabou por monopolizar a maioria dos votos e das disputas dentro do novo partido, podendo também explicar o desaparecimento dos ex-libertadores nas bancadas estaduais eleitas pela Arena.

Referências

AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese, 1994.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *Democracia Representativa: do voto ao modo de votar*. Rio de Janeiro: GUILLARD, AILLJ\UD, 1983.

BIOGRAFIA e Livros de Hélio Alves de Oliveira. Disponível em: <<http://bibliotecapublicademontenegro.blogspot.com.br/2010/05/livros-de-helio-alves-de-oliveira.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BRAGA, Diego Garcia. O regime civil-militar em Alegrete (RS): partidos e sublegendas durante a eleição municipal de 1976. *Revista latino-americana de História Uníssimos*, Novo Hamburgo, 6 out. de 2015, p. 207-227.

BRUN, Eduardo. *O liberalismo do partido libertador no contexto de radicalização política de 1963*. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2013.

BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2006.

CANEPÁ, Mercedes Maria Loureiro. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estaduais e nacional no Rio Grande do Sul (1964-1964)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Um partido de “revolucionários”: elementos sobre a trajetória dos políticos gaúchos da ARENA. *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas*. Florianópolis, SC: UDESC, 2012.

Conexão Política, Teresina v. 6, n. 2, 27 – 40, jul./dez. 2017

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha 1930-1964*. Tradução de Amy Cadwell de Farias. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FRANCISCO ANTUNES MACIEL JUNIOR. In: CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-antunes-maciel-junior>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FLACH, Ângela. A formação da ARENA no Rio Grande do Sul. *Anais da ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HEIZ, Flavio (Org.) *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

KINZO, Maria D’Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. São Paulo: Vozes, Cebrap, 1980.

MADEIRA, Rafael Machado. Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaúcha. *Revista Política e Sociedade*, nº 10, abr. 2007.

MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/P%C3%A1ginaInicial/tabid/3454/Default.aspx>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição ao congresso brasileiro. *Revista Sociologia Política Curitiba*, v. 20, p. 115-134, jun. 2003.

NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Héliogio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1983-2002*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. *O sistema partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014*. VIII encontro de economia gaúcha. Porto Alegre: FEE; PUCRS, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PIZZOL, Elis Viviana Dal. *Os nomes das escolas de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SA, MEM DE. In: CPDOC/FGV. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sa-mem-de>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SULZBACH, Aline de Fraga. Feira do livro de Porto Alegre: como espaço de incentivo à leitura na construção da cidadania infantil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Faculdade de Biblioteconomia e Educação, UFRGS. Porto Alegre, 2012.

TAUFFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado em História). Unissinos, São Leopoldo, 2008.

TORRES, Andréa S. *Imprensa, política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Boletim Eleitoral. Brasília, 1979.